



SIMULADO SEMESTRAL 2016.2

Extensão Itajaí

INSTRUÇÕES GERAIS – LEITURA OBRIGATÓRIA

1. Você está recebendo o caderno de prova que contém em suas páginas **40** questões objetivas. Confira o caderno e se ele não estiver completo chame o fiscal.
2. Você está recebendo também um cartão-resposta contendo 40 questões, o qual **NÃO PODE SER SUBSTITUÍDO**. Portanto, somente marque a resposta quando você tiver certeza de sua opção.
3. O cartão-resposta não pode ser rasurado, sob pena de anulação das respostas.
4. Você deve marcar apenas uma letra em cada questão objetiva.
5. Para evitar possíveis enganos no preenchimento do cartão-resposta, anote primeiro as alternativas que você julgou corretas no próprio caderno de prova. Depois, marque-as no cartão-resposta.
6. Não é admitido o uso de material estranho ao caderno de prova, mesmo para rascunho, nem se permitirá qualquer comunicação entre os candidatos.
7. Ao final da prova você deverá devolver ao fiscal o cartão-resposta devidamente assinado no local indicado.
8. A duração da prova é de 4 (quatro) horas. A saída do candidato só será permitida depois de transcorridas 01 (uma) hora do início da prova. Os três últimos candidatos a terminarem a prova deverão retirar-se da sala simultaneamente.
9. No dia 02 de dezembro de 2016, após as 23 horas, será publicado o gabarito da prova semestral.
10. O dia 04 de dezembro de 2016, às 23 horas, é a data limite para o envio de recursos da prova semestral. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesc.org.br.

BOA PROVA!

Florianópolis, 02 de dezembro de 2016



DIREITO CONSTITUCIONAL

01. Em relação ao Poder executivo é correto afirmar:

- a) Os crimes de responsabilidade do Presidente da República são aqueles que atentam contra a Constituição Federal, sendo seu julgamento de natureza política por parte do Senado Federal.
- b) A eleição do Presidente da República não importará a do Vice-Presidente com ele registrado.
- c) Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.
- d) Compete privativamente ao Presidente da República vetar projetos de emenda constitucional, total ou parcialmente.

02. Sobre as alternativas abaixo, é correto afirmar:

- a) O critério racial não pode ser tomado pela lei como fator de tratamento diferenciado entre os brasileiros.
- b) O princípio da isonomia pressupõe a igualdade.
- c) O estrangeiro, no Brasil, não é titular de direitos fundamentais.
- d) Pessoas jurídicas podem ser titulares de direitos fundamentais.

03. Em regra, as Comissões de Constituição e Justiça estão aptas a exercer o controle:

- a) preventivo da constitucionalidade das leis, pela via difusa.
- b) preventivo da constitucionalidade das leis.
- c) repressivo da constitucionalidade das leis, pela via difusa.
- d) repressivo da constitucionalidade das leis, pela via concentrada.

04. Em relação as competências federativas é correto afirmar:

- a) No exercício da competência exclusiva a união poderá aos Estados a totalidade do exercício da competência.
- b) A competência legislativa da União engloba a capacidade de criar leis ou atos administrativos concretos, com a aprovação do Congresso Nacional.
- c) No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais, não excluindo a competência suplementar dos Estados.
- d) Aos Estados competente legislar sobre assuntos de interesses local.

05. Assinale a alternativa correta:

- a) O caráter ilimitado e incondicionado do poder constituinte originário precisa ser visto com temperamentos, pois esse poder não pode ser entendido sem referenda aos valores éticos e culturais de uma comunidade política e tampouco resultar em decisões caprichosas e totalitárias.
- b) O poder constituinte originário surge em momentos que existam rupturas institucionais, sendo que sua formação se dá conforme o previsto na Constituição anterior e sua atuação fica condicionada somente aos limites sociais que orientam como deverá ser o texto da nova Constituição.
- c) As cláusulas pétreas são consideradas limitações materiais ao poder constituinte originário e derivado, tendo como principal intuito manter o núcleo dos princípios e valores da constituição, permitindo sua alteração apenas em momentos excepcionais.
- d) As emendas constitucionais possuem um processo especial de elaboração, sendo que devem



ser votadas em dois turnos de três quintos e cada casa e ter a sanção do presidente da república.

06. Nomeie, com alusão à defesa do Estado e das instituições democráticas, a opção válida:

- a) o estado de defesa, da mesma forma que o estado de sítio, só poderá ser decretado, pelo Presidente da República, após autorização do Congresso Nacional;
- b) constituem pressupostos para a decretação do estado de sítio a comoção grave de repercussão nacional, a ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa e a declaração do estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira;
- c) o tempo de duração do estado de defesa e do estado de sítio não poderá ser superior a 30 (trinta) dias improrrogáveis;
- d) os atos praticados pelo executor da medida, durante o estado de defesa, não estão sujeitos, de vez que resultantes da instauração de um sistema de legalidade extraordinária, a controle judicial;

07. Em relação as medidas provisórias é correto afirmar:

- a) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria reservada a lei ordinária.
- b) As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados.
- c) É vedada a reedição, na mesma legislatura, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.
- d) A Constituição não estabelece limite a reedição de medidas provisórias.

08. As normas constitucionais não têm todas a mesma possibilidade de aplicação. Há uma divisão quanto a esta qualidade. E, dentre as normas, existem as que são classificadas como normas de eficácia limitada, que ficam dependentes de uma normatização posterior. Estas são as denominadas normas programáticas que estabelecem vetores programáticos à existência do Estado. Sendo assim, é possível afirmar:

- a) As normas programáticas são próprias das constituições flexíveis, posto que dependentes de legislação infraconstitucional, e passíveis de alteração pela forma ordinária.
- b) As normas constitucionais programáticas não podem fundamentar um processo de controle de constitucionalidade normativa, posto que sua eficácia relativa não lhe confere status de norma constitucional.
- c) As normas constitucionais programáticas necessitam de outras normas, de nível inferior, para poderem produzir seus efeitos; e assim perdem sua natureza de normas constitucionais, por sua dependência de regulamentação infraconstitucional, pois só a partir daí é que podem incidir.
- d) Todas as normas constitucionais, independentemente de seu grau de eficácia, inclusive as denominadas normas programáticas, têm natureza constitucional e servem de parâmetro para fundamentar um processo de controle da constitucionalidade de leis ou atos normativos.

09. Assinale a alternativa correta:

- a) Os princípios são espécies de normas jurídicas com elevado caráter de abstração, enquanto as regras, apesar de possuírem um conteúdo mais claro, não são consideradas normas jurídicas.
- b) As normas constitucionais de eficácia limitada e princípio institutivo são aquelas que nascem com eficácia reduzida, necessitam de uma legislação posterior para restringir seus efeitos e estão relacionadas a organização de funções estatais e aos direitos fundamentais de igualdade e liberdade.
- c) Na moderna doutrina constitucional os princípios e as regras são considerados como espécies de normas jurídicas, tendo os princípios um elevado grau de abstração e estabelecem a idéia de direito, enquanto as regras são mais concretas, nascem dos princípios e tem a função de concretizá-los.



d) As normas constitucionais de eficácia contida são aquelas que nascem com eficácia reduzida, necessitam de uma legislação posterior para restringir seus efeitos e estão relacionadas aos direitos fundamentais de igualdade e liberdade.

10. Indique com a alternativa correta:

O TRF da 1ª Região, em Brasília, suspendeu anteontem à noite a liminar que determinava que professores de universidades federais e funcionários da Providência voltassem ao trabalho em 24 horas. (...) O despacho do juiz-presidente do TRF, Tourinho Neto, diz que a Constituição federal garante o direito de greve aos servidores públicos, condicionando aos limites de lei específica. Segundo Tourinho Neto, como depois de 13 anos a lei que regulamenta o direito de greve não foi editada, ao proibir a paralisação, a vontade da Constituição está sendo desrespeitada. "A eficácia da norma constitucional não pode depender de uma norma hierarquicamente inferior e que nunca é editada".. (Folha de São Paulo, domingo, 18/11/2001, p. A-05).

Os argumentos expendidos pelo juiz acerca da eficácia da norma constitucional que garante o direito de greve permite concluir, tendo em conta o tema da eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais e utilizando-se a tipologia de José Afonso da Silva, que desde o ponto de vista desse magistrado:

- a) trata-se de norma de eficácia contida que está apta a produzir efeitos enquanto não for restringida ou revogada pelo legislador.
- b) trata-se de norma de eficácia plena, restringível pelo legislador, vez que o dispositivo da constituição determina que "o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar".
- c) trata-se de norma de eficácia plena e aplicabilidade direta, imediata e integral.
- d) trata-se de norma de eficácia limitada, vez que o legislador pode restringir seus efeitos, e o exercício do direito de greve deve aguardar a legislação específica.

DIREITO ADMINISTRATIVO

11. No tocante à invalidação dos atos administrativos, é correto afirmar que:

- a) A administração não pode convalidar ato eivado de nulidade, ainda que motivada por razões de conveniência e oportunidade.
- b) A invalidação dos atos administrativos viciados compete à própria administração, em competência conjunta com o Poder Legislativo, Ministério Público, Tribunal de Contas e Poder Judiciário.
- c) Ainda que se constate a existência de vício no ato administrativo, não poderá a administração pública revogá-lo, em razão da indisponibilidade do interesse público.
- d) É possível falar em convalidação de um ato administrativo viciado pelo simples decurso do tempo, em razão do instituto da decadência.

12. Tratando da motivação dos atos administrativos, é correto afirmar:

- a) Nos atos vinculados, é a própria lei que fornece os limites para que o ato administrativo seja ou deixe de ser praticado a critério da autoridade.
- b) Nos atos administrativos discricionários não há qualquer margem liberdade para a realização do ato.
- c) O princípio da razoabilidade permite a avaliação da conveniência e oportunidade na realização dos atos administrativos vinculados.
- d) Os atos administrativos que afetem direitos ou interesses deverão ser motivados, com **indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, sob pena de nulidade.**

**13. O poder de polícia:**

- a) Consiste somente no dever de prender os que perturbam a ordem pública ou praticam crimes.
- b) Consiste no conjunto de limitações impostas coercitivamente pelo Estado à liberdade e à propriedade privadas.
- c) Deve ser exercido somente sobre as pessoas.
- d) Deve ser exercido somente sobre os bens particulares.

14. O contrato administrativo pelo qual o Poder Público atribui ao particular a utilização exclusiva de um bem de seu domínio, para que o explore segundo sua destinação é chamado:

- a) Parceria Público-Privada.
- b) Autorização de uso.
- c) Concessão de uso.
- d) Consórcio Público.

15. A respeito das cláusulas exorbitantes nos contratos administrativos, é incorreto afirmar:

- a) Destinam-se à garantia do interesse público.
- b) Não precisam estar expressamente previstas no contrato, pois decorrem da lei.
- c) Considera-se um exemplo de cláusula exorbitante a aplicação da teoria da imprevisão aos contratos administrativos.
- d) Permitem a alteração unilateral dos valores do contrato, e até a rescisão unilateral por parte da administração.

16. Tratando do instituto da licitação, pode-se afirmar que:

- a) Somente os licitantes previamente habilitados terão legitimidade para impugnar cláusulas do edital.
- b) O princípio da publicidade implica no conhecimento prévio das propostas pelos licitantes.
- c) Tem entre seus objetivos a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.
- d) Como procedimento burocrático de controle, tem se mostrado muito eficaz em assegurar o cumprimento dos objetivos públicos.

17. Acerca dos serviços públicos:

- a) Além dos princípios gerais da administração, são regidos pelos princípios da universalidade, da continuidade e do serviço adequado.
- b) A Parceria Público-Privada é uma modalidade de concessão de serviço público que pode ter como objeto único o fornecimento de mão de obra, o fornecimento de equipamentos ou a execução de obra pública.
- c) Sua descentralização implica na sua execução pela própria administração, com a tomada de decisão em níveis hierárquicos inferiores, mais próximos da população interessada.
- d) A desconcentração administrativa implica na passagem do serviço público para antes da administração direta ou para a iniciativa privada, através de delegação e concessão.

18. Sobre a organização da administração pública brasileira:

- a) O princípio da predominância de interesses estabelece a primazia da administração local sobre a geral.
- b) O Poder Executivo exerce exclusivamente a função administrativa, ficando as funções legislativa e judicante a cargo dos demais poderes.
- c) Pelo processo de descentralização, podem ser criadas sociedades de economia mista pela



administração para a execução de serviços públicos.

d) As agências reguladoras possuem natureza de autarquias especiais, exercendo num mesmo órgão as três funções do Estado.

19. De acordo com a disciplina constitucional da propriedade:

a) Em caso de urgência, a autoridade pode requisitar bens de particular, mediante prévia caução para indenização posterior.

b) É admitida constitucionalmente a usucapião de bens públicos, nos casos de moradia própria e da pequena propriedade rural.

c) Os bens das empresas públicas e sociedades de economia mista obedecem ao regime de direito público.

d) As ilhas oceânicas e as costeiras são bens da União, salvo aquelas que contenham a sede de Municípios.

20. A responsabilidade civil por atos omissivos da administração:

a) Forma-se independente de culpa da administração, bastando prova do dano e do nexo de causalidade.

b) Haverá responsabilidade da União por danos nucleares, independentemente de culpa.

c) Não se reconhece em fatos provocados exclusivamente por terceiro, tal como briga de presos no cárcere ou briga de alunos em escola pública.

d) É amplamente aceita no Brasil, tanto pela doutrina quanto pelos Tribunais.

DIREITO TRIBUTÁRIO

21. Acerca do Sistema Tributário Nacional, dos tributos e da legislação tributária, assinale a opção correta.

I) As taxas, que não poderão ter base de cálculo própria dos impostos, podem ser instituídas em razão da utilização efetiva ou potencial do poder de polícia.

II) Considere que uma instituição de assistência social, sem fins lucrativos, possua um imóvel, alugado a terceiro, que explora atividade mercantil. Nessa hipótese, desde que o aluguel recebido pela instituição de assistência social seja integralmente aplicado na sua atividade essencial, o referido imóvel está imune à incidência do IPTU.

III) Considere que Maria, domiciliada no estado do Tocantins, pretenda doar seus bens a uma fundação com sede em São Paulo; o bem imóvel encontra-se localizado no estado do Rio de Janeiro e os bens móveis, no estado do Tocantins. Nessa hipótese, o imposto sobre doação de quaisquer bens ou direitos relativo aos bens de Maria será recolhido em favor do estado do Tocantins.

IV) Deve ser interpretada de forma literal, em qualquer hipótese, a legislação tributária que disponha sobre suspensão ou exclusão do crédito tributário, outorga de isenção e infrações tributárias.

a) As afirmativas I, II e III estão corretas.

b) As afirmativas I, III e IV estão incorretas.

c) Apenas a afirmativa IV está correta.

d) As afirmativas II e IV estão incorretas.

22. Dentre os tributos abaixo, assinale aquela assertiva que contém apenas aqueles que podem ser instituídos pelos Municípios

a) Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços – ICMS; Contribuição



para o Custeio do regime de previdência de seus servidores; Taxas
b) Contribuição de melhoria; Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP; Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis por ato Oneroso - ITBI
c) Imposto sobre Serviços – ISS; Contribuição de melhoria; Empréstimo Compulsório
d) Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA; Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços – ICMS; Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE.

23. Laura, não-contribuinte do ICMS e com domicílio em Balneário Camboriú – SC, adquiriu, da sociedade empresarial Slim Ltda., com sede em São Paulo, por meio de contrato de compra e venda a contento, celebrado na filial localizada no estado de Santa Catarina, produtos para emagrecimento. A partir da situação hipotética acima e acerca da discriminação das rendas e da obrigação tributária, assinale a opção correta.

- a) Na situação descrita, se o produto tiver a sua saída da sede de São Paulo, mesmo que o negócio jurídico tenha sido celebrado no estado de Santa Catarina, incide o ICMS pela alíquota interna do estado de São Paulo.
- b) O domicílio tributário do contribuinte de direito, na hipótese, será necessariamente o estado de Santa Catarina, pois nele foi celebrado o negócio jurídico.
- c) Na hipótese de compra e venda a contento, há cláusula resolutiva, pelo que o fato gerador considerar-se-á ocorrido na data da celebração do negócio.
- d) Considerando-se que o referido produto de emagrecimento não tenha autorização para ser comercializado no Brasil, não haverá a incidência tributária na espécie.

24. No que se refere à Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário, aponte a alternativa incorreta:

- a) Na esfera administrativa, o depósito do crédito tributário, por ocasião de um recurso administrativo, não tem o efeito de suspender a sua exigibilidade, porque ela já foi suspensa pelo próprio recurso administrativo.
- b) No caso dos recursos administrativos, a exigibilidade do crédito tributário fica suspensa até que haja a primeira decisão, mesmo que sujeita a um eventual novo recurso.
- c) Concedida a medida liminar em mandado de segurança, fica suspensa a exigibilidade do crédito tributário até que ocorra a decisão final.
- d) A inclusão do parcelamento entre as causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, por parte da Lei Complementar nº 104/2001, não constituiu novidade, pois ele sempre foi entendido como uma forma de moratória em caráter individual.

25. No que concerne ao Princípio da Capacidade Contributiva, escolha a alternativa certa:

- a) A Capacidade Contributiva Absoluta ou Objetiva exige que o legislador selecione, para a hipótese de incidência das normas tributárias dos impostos, bem como das taxas e da contribuição de melhoria, fatos que sejam reveladores de riqueza da parte de quem os pratica.
- b) A Capacidade Contributiva Relativa ou Subjetiva exige que o “*quantum*” do tributo seja proporcional às dimensões do fato jurídico tributário e às circunstâncias pessoais do sujeito passivo.
- c) Dispõe de Capacidade Financeira qualquer indivíduo que detenha alguma riqueza; enquanto dispõe de Capacidade Econômica qualquer indivíduo que detenha liquidez em relação aos seus próprios recursos.
- d) Nos termos expressos do artigo 145, § 1º, da Constituição, deve-se tomar em conta, em matéria tributária, não a Capacidade Contributiva propriamente dita, nem a Capacidade Financeira, mas apenas a Capacidade Econômica.



26. Arlindo, Breno, Célio e Dilnei são irmãos e adquiriram um terreno em condomínio, para investimento. Cada um investiu R\$ 250.000,00 necessários para a aquisição do terreno no valor total de R\$ 1.000.000,00. Ocorre que o IPTU de 2014, no valor de R\$ 8.000,00 não foi pago e uma execução fiscal foi ajuizada pelo Município de Garopaba. Sobre esta situação fática frente aos débitos de IPTU, assinale a alternativa correta:

- a) Os quatro irmãos serão sujeito passivo do IPTU, cada um sendo obrigado ao pagamento de R\$ 2.000,00 (25%)
- b) Caso Célio efetue o pagamento de R\$ 2.000,00, está liberado da solidariedade existente entre os devedores
- c) Os quatro irmãos serão sujeito passivo do IPTU, cada um obrigado ao pagamento da totalidade da dívida
- d) Caso Dilnei seja titular de uma isenção concedida em caráter pessoal, não estará liberado da solidariedade com relação aos R\$ 6.000,00 restantes

27. Lukas, domiciliado em cidade do interior catarinense, é proprietário de imóvel residencial, que valia, em 2012, R\$ 200.000,00. Em 2013, esse imóvel passou a valer R\$ 240.000,00, em razão da obra pública realizada pela Prefeitura Municipal, e que resultou na referida valorização. A Prefeitura Municipal instituiu, lançou e cobrou contribuição de melhoria dos contribuintes que, como Lukas, tiveram suas propriedades valorizadas. O mesmo Município catarinense, a seu turno, com base em lei municipal, lançou e cobrou, em 2013, a taxa decorrente da prestação de serviço público de recolhimento de lixo domiciliar, tendo como fato gerador o recolhimento do lixo produzido individualmente, nos imóveis residenciais localizados naquele Município. O Município catarinense lançou e cobrou essa taxa de Lukas, em relação ao mesmo imóvel acima referido. Neste ano de 2015, Lukas recebeu uma excelente oferta pelo seu imóvel e está pensando em vendê-lo. Ocorre, porém, que não pagou a contribuição de melhoria lançada pela municipalidade, nem a taxa lançada pelo Município. Em razão disso, com base nas regras de responsabilidade por sucessão estabelecidas no CTN:

- a) O crédito tributário relativo à contribuição de melhoria não se sub-rogará na pessoa do adquirente, mas o relativo à taxa sim, salvo se constar do título aquisitivo a sua quitação.
- b) Tanto o crédito tributário relativo à contribuição de melhoria, como o relativo à taxa, se sub-rogarão na pessoa do adquirente, salvo se constar do título aquisitivo a sua quitação.
- c) Nem o crédito tributário relativo à contribuição de melhoria, nem o relativo à taxa, se sub-rogará na pessoa do adquirente.
- d) O crédito tributário relativo à contribuição de melhoria se sub-rogará na pessoa do adquirente, salvo se constar do título aquisitivo a sua quitação, mas o relativo à taxa não.

28. No que concerne ao Princípio da Capacidade Contributiva, escolha a alternativa certa:

- a) A Capacidade Contributiva Absoluta ou Objetiva exige que o legislador selecione, para a hipótese de incidência das normas tributárias dos impostos, bem como das taxas e da contribuição de melhoria, fatos que sejam reveladores de riqueza da parte de quem os pratica.
- b) A Capacidade Contributiva Relativa ou Subjetiva exige que o “*quantum*” do tributo seja proporcional às dimensões do fato jurídico tributário e às circunstâncias pessoais do sujeito passivo.
- c) Dispõe de Capacidade Financeira qualquer indivíduo que detenha alguma riqueza; enquanto dispõe de Capacidade Econômica qualquer indivíduo que detenha liquidez em relação aos seus próprios recursos.
- d) Nos termos expressos do artigo 145, § 1º, da Constituição, deve-se tomar em conta, em



matéria tributária, não a Capacidade Contributiva propriamente dita, nem a Capacidade Financeira, mas apenas a Capacidade Econômica.

29. A empresa XYZ Comércio de Automóveis Ltda. alugou um imóvel na Av. das Flores Bonitas, onde antes estava estabelecida a empresa ABC Só Carros Luxuosos Ltda.. Esta última possui débitos de ICMS, referentes ao ano de 2014, na ordem de R\$ 15.000,00. Partindo destes fatos, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa que corresponde corretamente à sujeição passiva tributária das empresas:

I – o fato de a empresa XYZ alugar o imóvel onde antes estava localizada a empresa ABC não autoriza a responsabilidade tributária da empresa XYZ sucessão tributária;

II – caso a empresa ABC deixe de funcionar, sem retomar as atividades dentro de seis meses, a responsabilidade da empresa XYZ pelos débitos da empresa ABC será solidária;

III – caso a empresa ABC permaneça em funcionamento mas em outro endereço, a responsabilidade da empresa XYZ pelos débitos da empresa ABC será solidária;

IV – caso a empresa ABC retome suas atividades após quatro meses e dezoito dias, a responsabilidade da empresa XYZ pelos débitos tributários será integral

- a) apenas a assertiva I está correta
- b) apenas as assertivas I, II e IV estão corretas
- c) apenas as assertivas III e IV estão corretas
- d) apenas as assertivas I, III e IV estão corretas

30. Sobre a obrigação tributária, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

I – a existência de uma obrigação tributária acessória pressupõe a existência de uma obrigação tributária principal.

II – pagar IPTU não é uma obrigação tributária.

III – emitir nota fiscal é uma obrigação tributária.

IV – escriturar livros fiscais é uma obrigação tributária.

V – segundo o Código Tributário Nacional, a obrigação de pagar multas e juros tributários constitui-se como obrigação acessória.

- a) apenas as alternativas I, e IV estão corretas.
- b) apenas as alternativas I, III e IV estão corretas.
- c) apenas as alternativas II e V estão corretas.
- d) apenas as alternativas III e IV estão corretas.

LINGUA PORTUGUESA

31. Em qual das opções abaixo há apenas palavras grafadas de acordo com a nova ortografia da língua portuguesa?

- a) infraestrutura – micro-ônibus – autosserviço
- b) infra-estrutura – microônibus – auto-serviço
- c) infraestrutura – microonibus – autoserviço
- d) infra-estrutura – microonibus – auto-serviço

32. Complete as lacunas com o pronome adequado:

- 1) “_____ documento que tens à mão é importante, Pedrinho?”
- 2) “A estrada do mar, larga e oscilante, _____ sim, o tentava.”
- 3) “Na traseira do caminhão lia-se _____ frase: Tristeza não paga dívida”.



4) “Cuidado, mergulhador, _____ animais são venenosos: a arraia miúda, o peixe-escorpião, a medusa, o mangangá.”

- a) Esse – essa – esta – estes;
- b) Este – esta – essa – esses;
- c) Esse – essa – essa – esses;
- d) Este – esta – essa – estes.

33. Assinale a opção que completa correta e respectivamente as lacunas do período: "O promotor ficou ___ meditar, ___ tarde, indiferente _____ que acontecia ao seu redor".

- a) à - a - aquilo
- b) a - a - àquilo
- c) a - à - àquilo
- d) à - à - aquilo

34. Assinale a frase correta quanto ao emprego do onde e aonde:

- a) Você pode me informar onde fica o supermercado?
- b) Não sei aonde moram aqueles meninos.
- c) Onde iremos nas próximas horas?
- d) Aonde você comprou o livro de direito civil?

35. Assinale a alternativa que completa corretamente os espaços no período a seguir: _____ pessoa, é imposta a obrigação de obedecer _____ regras, mesmo _____ revelia de seus princípios.

- a) A – às – a
- b) À – à – à
- c) À – a – à
- d) A – as – a

36. Assinale a alternativa com o uso correto quanto ao acento diferencial:

- a) O menino nervoso pára de repente.
- b) Preciso pôr as coisas em ordem.
- c) Toda manhã, ela côa o café.
- d) Gosto de pêra madura.

37. Assinale a alternativa correta quanto ao uso dos porquês:

- a) Porque você está chorando?
- b) A mãe não sabe por quê você não gostou do doce.
- c) Ficamos tristes porquê ele partiu.
- d) Não foi ao trabalho porque estava doente.

38. Assinale a alternativa correta quanto ao emprego do mas e mais:

- a) Ela estudou muito para o concurso, mais não está tranquila.
- b) Ele não sabe muito falar inglês, mais consegue se virar nas viagens internacionais.
- c) Você cometeu mas erros hoje do que eu.
- d) As meninas eram felizes e brincavam cada vez mais.

39. Assinale a alternativa correta quanto ao uso do acento diferencial nas formas verbais:

- a) Eles lêem mal.



- b) Eles veem a paisagem.
- c) Eles não vem para o jantar.
- d) Eles tem mau hábito de leitura.

40. Assinale a alternativa correta quanto ao emprego do senão e se não:

- a) Não sabia outra coisa se não bordar.
- b) Se não vierem todos, escolheremos a mesa menor.
- c) Não houve um se não na festa de formatura.
- d) Senão chover, iremos pescar.